

À
Comissão Parlamentar do Orçamento e
Finanças
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

A REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		39/14	24.OUT.2014

ASSUNTO: Proposta de LOE para 2015 - Medidas aplicadas à CGD – Pedido de audiência

Exmos Senhores

Analisada a proposta de LOE para 2015, mantém esta Comissão de Trabalhadores sérias preocupações quanto às medidas aí contidas e que possam vir a afetar os Trabalhadores da CGD.

Estas são matérias que reiteradamente, após estes quatro anos, se têm revelado medidas penalizadoras e discriminatórias no contexto do setor bancário, têm preocupado os portugueses em geral e os trabalhadores, do Setor Público e Empresarial do Estado em particular.

No que concerne à CGD a situação é mais grave e de justificada preocupação, em virtude da situação difícil e reconhecida do setor que integram, com uma competição desigual o que dificulta o papel que a CGD sempre assumiu e cuja missão ainda recentemente a Tutela reafirmou.

Vimos junto de V. Exas reiterar a necessidade de uma explicação detalhada e presencial da situação dos Trabalhadores da CGD. A nossa solicitação prende-se com o imperativo dum esclarecimento junto de V.Exas sobre a realidade atual da CGD e dos seus Trabalhadores, bem como aferir de matérias insertas no projeto de LOE em que os Srs. Deputados da Exma. COFAP decerto estarão habilitados em elucidar a CT da CGD.

Num setor altamente concorrencial e tão importante como é o Setor Financeiro é por demais evidente a discriminação negativa de que é alvo a Caixa Geral de Depósitos e os seus Trabalhadores. A aplicação de novas medidas em 2015 será algo que vai favorecer o desequilíbrio e a desestabilização indesejáveis e que prejudicarão gravemente o próprio País.

Considerando a explanação genérica da situação definida atrás, vem a CT da CGD **solicitar, junto de V.Exas, o agendamento urgente, em virtude dos prazos para decisão da aprovação do documento, de uma audiência**, onde poderemos expor, com maior detalhe, a pertinência os fundamentos das nossas razões e a sua justiça.

Com consideração, ficamos a aguardar as prezadas notícias de V. Exas.

A COMISSÃO DE TRABALHADORES

